

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PRONERA - UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO

FIELD EDUCATION: A POLICY PRONERA UNDER CONSTRUCTION

Larisse Longo¹

Luiz Felipe Forgiarini²

Carmen Lúcia Bezerra Machado³

Waldomiro Carlos Manfro⁴

RESUMO

Neste texto, resgatamos algumas questões de ensino relacionadas à história e à educação do campo atreladas a fatores políticos, culturais e sociais que, de alguma forma, influenciam os processos históricos da produção dos saberes. Tecemos algumas análises referentes ao trabalho no campo, como a expressão da desigualdade social, que se manifesta nas diversas formas de produção, de atividade e de sujeitos que vivem ou trabalham nessa área; no campo da educação, relatamos a necessidade da realização de políticas públicas que priorizem a educação desse povo, sendo necessária a construção de formas, espaços e relações diferenciadas com base na articulação entre o trabalho e o estudo, uma vez que esse povo consegue desenvolver um saber eminentemente prático, articulando a educação recebida na escola com outros conhecimentos (topografia, solo, clima, etc.); e, por último, abordamos o surgimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, por meio dos movimentos sociais, como uma alternativa justa e salutar aos modelos de ensino e educação, empregando metodologias de ensino específicas à realidade sociocultural da população camponesa e, assim, valorizando a sua diversidade cultural.

Palavras-chave: Trabalho no campo. Educação no campo. PRONERA. Educação semipresencial.

ABSTRACT

In this paper we rescued some issues related to teaching history and rural education tied to political, cultural and social influences that somehow the historical processes of knowledge production. We made some analyzes on work in the field, as the expression of social inequality, which manifests itself in various forms of production, activity, and individuals

¹ Biomédica/ Aluna de Mestrado, Programa de Pós-Graduação: Ciências em Gastroenterologia e Hepatologia, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Biólogo/ Aluno de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Pneumológicas, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Professor Doutor/ Adjunto da Disciplina de Práticas Educativas em Medicina, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde: Cardiologia e Ciências Cardiovasculares, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴ Professor Doutor/ Adjunto da Disciplina de Práticas Educativas em Medicina, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde: Cardiologia e Ciências Cardiovasculares, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

who live or work in this area, in education report the necessity of public policies that prioritize the education of the people is necessary to construct shapes, spaces and relationships based differentiated articulation between work and study since these people can develop an eminently practical know articulating the education received in school with other knowledge (topography, soil, climate, etc.), and finally we discuss the emergence of the National Agrarian Reform Education - PRONERA through social movements, as a just and salutary alternative models of teaching and education, using teaching methodologies specific to reality sociocultural peasant population and thus enhancing its cultural diversity.

Keywords: Working in the field. Education in the field. PRONERA. Education blended.

1 INTRODUÇÃO

A educação engloba os processos de ensinar e aprender presentes em diferentes espaços e momentos da vida social, influenciando sob diversas maneiras a qualidade de vida da população e afetando positivamente o nível de produtividade e renda do trabalho, como também pessoas mais educadas tornam-se capazes de participar de forma mais ativa na vida social e política do país (NEY; HOFFMANN, 2009). Tendo em vista a complexidade da temática, é fundamental problematizar e aprender quais são os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma educação de qualidade, que tome uma perspectiva inclusiva na sociedade, respeitando as diversidades culturais, sociais e individuais (CALDART, 2004).

A educação do campo vem conquistando espaço, nos últimos anos, nos debates e nas políticas educacionais no Brasil, principalmente no âmbito dos direitos. Direito de acesso e de educação com qualidade vinculada às problemáticas sociais vividas pelos sujeitos do campo, tal fato merece nossa reflexão diante do contexto em que ele se manifesta (SANTOS, 2006). A continuidade do êxodo rural, iniciado no século passado e intensificado na década de 1970, devido à intensa modernização da agropecuária, vem sendo considerada a principal culpada por um conjunto de problemas que afetam a nossa sociedade, como a violência e o desemprego. Nesse sentido, faz-se necessária a realização de políticas públicas para solucionar esse tipo de problema e não escondermos as verdadeiras causas estruturais de exclusão social (VENDRAMINI, 2007).

Infelizmente o Brasil apresenta um sistema educacional que não abrange a realidade e os costumes dos jovens do campo, pois suas políticas educacionais se constroem ou se estruturam a partir das determinações do modo de produção capitalista. Nesse cenário de exclusão, a educação para a população do campo vem sendo trabalhada a partir de discursos, identidades e currículos essencialmente vistos sob a ótica urbana, desviando as necessidades

da realidade local e regional. A proposta de ensino-aprendizagem do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) apresenta-se como um método de superação do ensino formal da educação nas escolas no campo, uma vez que rompe com os modelos de ensino e educação tradicionais, baseada em uma formação integradora, cujos princípios buscam a valorização da identidade do camponês e o seu reconhecimento como sujeito integrante da sociedade, portador de uma história e de uma cultura própria (SILVA et al., 2011).

2 O TRABALHO NO CAMPO

No Brasil, o trabalho no campo desenvolve-se num amplo e diversificado espaço, abrange um conjunto de atividades, entre elas, a agricultura, a pecuária e o extrativismo. Com a modernização agrícola do campo, desde a década de 1970, em razão da instalação de empresas multinacionais, a industrialização da agricultura difundiu-se e as atividades agropecuárias favoreceram os interesses dos grandes latifundiários, provocando grande exclusão dos pequenos produtores, que não conseguem mecanizar suas produções devido ao baixo rendimento de produtividade, o que os coloca em desvantagem no mercado.

Dessa forma, o processo transformador no país acentuou ainda mais a concentração da propriedade da terra e a desigualdade social no campo. Os pequenos proprietários e os trabalhadores diaristas viram-se obrigados a migrar para as cidades, caracterizando o êxodo rural. O êxodo realizado por jovens do campo demonstra que o contato entre o campo e a cidade é cada vez mais irrestrito, provavelmente por não encontrarem um ambiente propício para a construção compensatória de sua cidadania (RIBEIRO, 2008).

Percebe-se que as políticas públicas não são capazes e suficientes para dar as condições necessárias aos jovens camponeses, contudo acusar somente as faltas de ações governamentais não basta, pois é explícita a modernização da agricultura como um fator importante para a exclusão dessa população (SANTOS, 2006). A sobrevivência das unidades de produção familiar está relacionada com a manutenção da juventude no campo, tendo em vista que os filhos seriam os responsáveis por dar continuidade às atividades agropecuárias da família. Para discutir esse contexto na atualidade, é necessário um olhar atento às lutas, aos sonhos e às angústias da realidade dos jovens, pensar nos problemas e nas possíveis perspectivas encontradas entre o que o campo e a cidade poderá oferecer. Isso porque ficar no campo, muitas às vezes, significa encarar uma dura realidade de privações, contudo migrar

para as cidades poderá trazer uma série de consequências, como o desemprego, a pobreza e a violência.

Com a vivência no campo, os jovens conseguem desenvolver um saber eminentemente prático, uma vez que abrangem conhecimentos físicos (topografia, solos, água, etc.), geográficos (clima, nuvens, etc.), aspectos referentes à vegetação, aos animais, além das questões relativas do mercado, que se mescla com a educação recebida na escola e em outras instâncias. Por isso a educação dos jovens do campo deve estar associada a um movimento social que defenda a educação articulada com a criação de condições para a vida no campo, construindo formas, espaços e relações diferenciadas com base no trabalho coletivo, na articulação entre trabalho e estudo e entre teoria e prática, deixando de existir um caráter do tipo compensatório no campo da educação (CALDART, 2004; JESUS, 2006).

3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Inicialmente é preciso mencionar que a educação do campo se diferencia primordialmente da educação rural por ser constituída de diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a sua diversidade. O paradigma da educação do campo nasceu devido à mobilização dos movimentos camponeses, da luta pela terra e pela reforma agrária, entretanto não poderia ficar restrita aos assentamentos rurais, era necessária a sua especialização para as comunidades de agricultura familiar (CALDART, 2004).

O ensino tradicional praticado no campo apresenta falhas de concepção, uma vez que o jovem que reside no campo também é um trabalhador-estudante que possui compromissos e responsabilidades. Dentro dessa lógica, podemos constatar um grande índice de evasão escolar e repetência de estudantes, quando comparamos com alunos oriundos do meio urbano (VENDRAMINI, 2007). Por isso a educação deve ser considerada um processo para o desenvolvimento humano, integral, instrumento gerador das transformações sociais, em que o importante não é somente transmitir um conteúdo específico, e sim despertar uma nova forma de relação com as experiências vividas (JESUS, 2006). Porém, para os jovens que vivem no campo, destina-se uma educação com grande diversidade, ou melhor, desigualdade na formação educacional.

Melhorar a educação e valorizar os conhecimentos das populações camponesas são itens que podem influenciar na decisão de mais pessoas permanecerem no campo e, assim,

diminuir o êxodo rural. Para manter o jovem no campo, satisfeito e motivado, disposto a agregar tecnologia e produzir com eficiência, ele necessita ter acesso ao conhecimento, ao saber e à cultura socialmente produzida, para que esse venha a ser um cidadão crítico, reflexivo e consciente de suas ações, pois não é somente o aluno da cidade que necessita desse conhecimento, o aluno do campo também precisa ter acesso ao conhecimento sistematizado, para que possa ter argumentos e lutar pelos seus direitos, bem como facilitar a relação entre família, escola e comunidade.

Apesar das peculiaridades vividas pela população do campo, percebemos que a política educacional brasileira nunca se preocupou com uma educação voltada para esse povo, os professores nem sempre conseguem buscar um modo de articular os conteúdos escolares com os assuntos ou as experiências do cotidiano desses jovens. Embora a concepção de educação do campo venha se fortalecendo nos últimos anos, vale ressaltar a necessidade de políticas públicas voltadas à realidade pedagógica, as quais valorizem as diversidades culturais, a organização do ensino e os processos de interação e transformação do campo, para que o agricultor, representado pelo jovem, possa cada vez mais ter gosto pela vida campesina (SANTOS, 2011).

Para podermos fortalecer as práticas pedagógicas em relação à educação do campo como área própria de conhecimento, contribuindo para a desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierárquica que há entre o campo e a cidade, é necessário permanentemente nos capacitarmos para tomarmos conhecimento sobre os problemas do campo, da agricultura e da educação, além de nos desafiar para transformarmos o conhecimento em ação, colocando em prática os valores, os conteúdos e as reflexões que estamos desenvolvendo como integrantes dessa articulação, consolidando um espaço permanente de debate sobre o que estamos fazendo e sobre o que acontece no campo, ao nosso redor e em nosso país.

A formação continuada de professores e de educadores para atuarem no campo é de extrema importância por ser um espaço propiciador de problematização da experiência e das angústias pedagógicas vividas, um espaço de trocas, de construção de novos conhecimentos educacionais e de apropriação de conteúdos escolares (CHRISTÓFFOLI, 2006). A prática da interdisciplinaridade é uma medida alternativa para a abordagem disciplinar normalizadora, com uma forma organizacional baseada na atuação mútua de diferentes áreas de conhecimento; nesse processo, o foco central da prática educativa transfere-se de uma cultura coesa e homogênea para a diversidade de modelos culturais que interagem na formação dos

estudantes, tornando-se uma válida estratégia político-pedagógica, a fim de garantir os direitos educacionais dos povos camponeses.

O trabalho educativo baseado em articulações entre as diversas áreas de conhecimento, na educação básica ou em quaisquer outras instâncias educativas, sejam elas formais ou informais, evidencia a preocupação e o compromisso dos educadores em romper barreiras a favor do ensino-aprendizagem, mas, para que isso ocorra, o currículo deve contemplar estratégias de aprendizagem que demonstrem as correlações entre os saberes, a complexidade da vida e dos problemas que hoje existem, partindo da experiência e da realidade dos alunos (SANTOS, 2011).

4 O PRONERA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Durante décadas, o ensino e a educação à população camponesa sempre estiveram baseados na visão de gerar, manter e reproduzir o espaço econômico vinculado a um modelo “importado” da educação urbana. Esse tratamento teve um fundo de descaso e subordinação dos valores presentes no campo e marcava a sua inferioridade quando comparado ao espaço urbano (SANTOS, 2006). O campo encontrava-se estigmatizado na sociedade brasileira, os camponeses, excluídos do processo de educação formal, viram-se abandonados pelo poder público, levados a acreditar no imaginário de que a cidade e o modo de vida urbana eram a única saída frente a uma realidade histórico-geográfica marcada pelas contradições socioeconômicas, além das culturais. Nesse sentido, nas áreas de reforma agrária, a educação do campo vem se desafiando a pensar no processo educacional vinculado às raízes e à origem dos educandos, além de conhecer e respeitar os valores que caracterizam esse povo para o seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Foi pensando na melhoria da qualidade de vida no campo que surgiu, por meio dos movimentos sociais, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA -, como forma de criação de projetos de educação em assentamentos e acampamentos de reforma agrária (SILVA et al., 2011). Foi criado em 1998, por meio da Portaria N° 10/98, através do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, vinculado ao Gabinete do Ministro e tendo sido, no ano de 2001, incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (ANDRADE, 2004). Dessa forma, o PRONERA (2004, p. 17) tem como objetivo “fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo,

criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável”.

O Programa surge como uma iniciativa à educação básica do campo, gerando um conjunto de ações e projetos educacionais em vários estados brasileiros, que, vinculados à proposta nacional, promovem ações educativas nos assentamentos da reforma agrária, com metodologias de ensino específicas à realidade sociocultural, contribuindo com melhores condições de vida à população que vive no campo, através da valorização de sua diversidade cultural e dos processos de interação e transformação (CARVALHO, 2011). O PRONERA apoia projetos em todos os níveis de ensino, atendendo as demandas de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, capacitação de educadores, além de formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias (ANDRADE, 2004).

Os princípios do PRONERA entendem e consideram o modelo de educação a ser construído conforme o pensar da educação do campo, redescobrimo os saberes práticos que atendam e estejam de acordo com a especificidade da população (CARVALHO, 2011). Os elementos do cotidiano discente geralmente estão presentes na formação desse povo, a relação professor-aluno reconhece que esse povo possui um saber anterior à escola e que esse saber auxilia no processo de ensino-aprendizagem, apontando os caminhos para uma realidade mais humana e justa na construção de seu destino e na consciência de que seus direitos e deveres sejam de fato vivenciados.

5 EDUCAÇÃO SEMIPRESENCIAL E O PRONERA

Dentro de todo o contexto demonstrado anteriormente referente às discussões pedagógicas que ocorrem em torno do processo de ensino-aprendizagem da população camponesa, notamos a grande dificuldade enfrentada pelos educadores em relação ao processo educativo, na valorização do conhecimento, da cultura e do saber pré-existente dessa população. Com o objetivo de auxiliarmos no desenvolvimento de novas estratégias educativas, estamos propondo uma nova alternativa no processo de educação.

Uma nova maneira de fortalecermos a educação nas áreas de Reforma Agrária é através do planejamento das aulas utilizando uma modalidade de educação mediada por tecnologia, chamada de educação semipresencial, na qual os alunos e os professores estão envolvidos em atividades didáticas de autoaprendizagem. A população camponesa apresenta

um saber eminentemente prático e a sua relação com a teoria ou vice-versa é essencial para que o aluno possa intervir e não somente repetir no seu conhecimento, por esse e outros motivos, é extremamente importante a preparação dos professores para atuarem no ambiente semipresencial, pois eles têm obrigação de acompanhar o aluno, propondo questões problematizadoras e atividades que se tornem desafios.

O trabalho docente fundamenta-se sobre o modo de agir em um determinado contexto, atuando e aproveitando os conhecimentos adquiridos de diferentes formas, técnicas e práticas. Assim, podemos organizar um novo currículo para os habitantes do campo em torno de quatro eixos temáticos: terra e trabalho; cultura e modo de vida; lutas sociais e sujeitos coletivos; e educação do campo. Se conseguirmos articular, durante o período letivo, todos os conceitos fundamentais desses eixos, contemplando atividades diferenciadas e enfatizando um conteúdo significativo para o aluno, iremos contribuir para o processo de formação humana.

Em relação à prática educativa, diversas propostas podem ser implementadas nessa modalidade de educação, sendo que os conteúdos e os métodos utilizados apresentam uma íntima relação, a natureza do primeiro delimita as questões metodológicas a serem utilizadas. Em uma disciplina semipresencial, o professor orientador torna-se um facilitador do processo de aprendizagem dos alunos, ajudando-os a aprender a aprender, mas, para isso, deverá criar condições para que eles adquiram informações, conheçam a cultura e possam construir com os novos conhecimentos.

Por ser uma prática semipresencial, os tutores podem usufruir dessa metodologia de uma maneira bem promissora. Geralmente, durante o período letivo, são marcados poucos encontros presenciais, sendo a primeira aula essencial para o professor poder esclarecer as dúvidas e motivar a participação dos alunos na interação entre aluno-disciplina, aluno-professor, aluno-aluno e aluno-vivências concretas. Um dos métodos que o professor deverá utilizar nos encontros presenciais é a promoção dos pensamentos críticos através da interação entre os participantes, discussão em grande grupo é uma maneira ótima para a troca de conhecimentos e pensamentos entre os alunos. A articulação entre a teoria e a prática deverá ser abordada, exercendo situações reais de trabalho e obedecendo a uma metodologia previamente definida, sob orientação dos professores durante o encontro presencial. Nos encontros *on-line* (a distância), o tutor poderá usufruir e propor a realização de trabalhos individuais, com a realização de exercícios, leituras, tarefas complementares e artigos, além de promover a participação dos alunos nos fóruns de discussão e nos *chats*, para demonstrarem o seu senso crítico e suas opiniões. Trabalhos realizados em grupo também

devem ser propostos, o estudante aprende a ouvir e a se posicionar frente aos questionamentos com a utilização dessa técnica.

Acreditamos que essa metodologia de ensino é extremamente útil e, se aplicada ao PRONERA, se torna inovadora. Segundo buscas realizadas na literatura, não encontramos nenhum trabalho referente ao emprego dessa tecnologia no ensino à população camponesa. Porém, não devemos ver essa modalidade como a única capaz de resolver os problemas educacionais da população, assim como outras formas de ensino-aprendizagem, essa tem vantagens e limitações e não pode ser vista como substituta da educação presencial. Elas devem caminhar juntas, uma suprimindo as deficiências da outra e ambas contribuindo para a formação de um sistema educacional coeso e consistente, promovendo o desenvolvimento dos estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios apresentados retratam a atual realidade do camponês. A necessidade de uma educação do campo e para o campo vem ao encontro da realização de políticas públicas que priorizem a educação através de pedagogias voltadas para atender esse povo, pois as políticas educacionais geralmente se estruturam a partir de uma educação vista sob a ótica urbana. Para promover uma educação popular do campo que possibilite superar a sua precária situação existente nesse âmbito, torna-se necessária a formação de educadores que organizem as suas ações tendo em vista a transformação da maneira de vida e de trabalho dessa população. A escola deve estar preparada para fundamentar, sem restrições, não somente a oportunidade de trabalhar com as questões teóricas acerca da igualdade e da liberdade, mas vivenciar a prática desses princípios, possibilitando, assim, a diminuição da taxa de evasão escolar e a sua integração com a comunidade não apenas como instituição de ensino, mas também como um ponto de desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE MR, Pierro MC. **Ação educativa**. Relatório Preliminar da Pesquisa de Avaliação do PRONERA. São Paulo, SP, 2004.

CALDART RS. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). **Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”**: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF, n. 5, 2004.

CARVALHO, A. R. PRONERA e educação do campo: diálogos e aprendizagens. In: ENCONTRO DE PESQUISAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA PARAÍBA, 1., 2011, João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa, PB: Centro de Educação/UFPB, 01-03 jun. 2011.

CHRISTÓFFOLI, P.I. Produção pedagógica dos movimentos sociais e sindicais. In: MOLINA, Mônica Molina (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 117-132.

JESUS, S. M. S. A. As múltiplas inteligibilidades na produção dos conhecimentos, práticas sociais e estratégias de inclusão e participação dos movimentos sociais e sindicais do campo. In: MOLINA, Mônica Molina (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 117-132.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA: Manual de Operações.** Brasília, DF: INCRA, 2004.

NEY, M. C.; HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 47 (1): 147-182, 2009.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educ. Pesqui.**, 34 (1), p. 27-45, 2008.

SANTOS FS. Educação do campo e educação urbana: aproximações e rupturas. *Educere et Educare* - **Revista de Educação**. 1 (1), p. 69-72, 2006.

SANTOS, R. B. A educação do campo e o ensino de história: possibilidades de formação. **Rev. PerCursos**, 12 (1), p. 183-196, 2011.

SILVA, L H.; COSTA, V. A.; ROSA, W. M. A educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária: desafios da formação de educadores do campo. **Rev. Bras. Educ.**, 16 (46), p. 149-166, 2011.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Revista Cedes – Educação do Campo**, 27 (72), p. 121-135, 2007.